



OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO N°47 | SETEMBRO 2023 >>>

Foco de calor em Iranduba, visto de Manaus. A capital está encoberta de fumaça desde 31 de agosto.



Foto: Bruno Kelly / Cédida

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

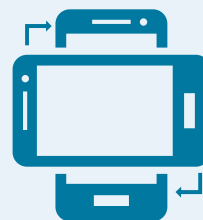
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Maior tragédia da BR-319 completa um ano sem respostas e com soluções inapropriadas

10 Interior em Foco

- Povo Apurinã cultiva 41,6 hectares de agrofloresta na TI Caititu, no Amazonas

12 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

17 Diálogos da BR-319

- Em marcha, mulheres indígenas do sul do Amazonas defendem seus territórios e chamam atenção para impactos da emergência climática

19 Ciência

- Por que Manaus e municípios vizinhos estão sob fumaça?

21 Minuto BR



Editorial

Desde 2017, o Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Antes de tudo, pedimos desculpas pela demora na publicação desta edição. Devido a contratemplos internos não foi possível publicá-la no último dia útil de setembro. Mas, asseguramos, a qualidade do conteúdo permanece a mesma.

O momento que a Amazônia vive é desafiador, pois nunca passamos por um verão amazônico com um El Niño de alta intensidade e um estágio tão avançado de mudanças climáticas, somado a isso, ainda temos o aumento da temperatura do Oceano Atlântico. Todos esses fatores têm contribuído para situações que resultaram em imagens devastadoras de queimadas, de fumaça e da mortandade de animais, como peixes, botos e peixes-bois. Ao longo de toda esta edição temos imagens atualizadas de queimadas na área de influência da BR-319 e, também, duas fotos emblemáticas feitas pelos premiados fotógrafos amazônidas Raphael Alves e Bruno Kelly, que estão mostrando ao mundo o que está acontecendo no Amazonas. O Observatório BR-319 agradece a gentileza da cessão das duas imagens, que enriquecem o conteúdo oferecido aos nossos leitores e permite àqueles que não moram na capital ter uma ideia do cenário estabelecido na cidade.

O Observatório BR-319 também se solidariza com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), alvo de ataques em Santo Antônio do Matupi, em Manicoré (AM). Fiscais do órgão ambiental foram vítimas de uma emboscada durante uma ação de fiscalização contra crimes ambientais. Esperamos que todas as autoridades competentes tomem medidas para que isso não volte a acontecer.

A seção Destaque do Mês relembra o um ano da queda das pontes sobre os rios Curuçá e Autaz-Mirim, que permanecem sem respostas oficiais a respeito das causas e justiça para as famílias das cinco vítimas fatais. Além disso, produtores familiares ainda lutam com recursos próprios para superar os desafios impostos pela situação.

A seção Interior em Foco fala sobre o sucesso da agrofloresta Apurinã em Lábrea (AM), um dos municípios que mais sofrem com desmatamento no Brasil. A seção Ciência fala sobre o contexto climático que estamos vivendo e uma iniciativa tecnológica que ajuda a população a se apropriar de informações a respeito, trata-se da plataforma e aplicativo Selva, da Universidade do Estado do Amazonas. O Observatório BR-319 agradece à assessoria de comunicação da instituição, que gentilmente intermediou o contato com o cientista responsável pela iniciativa.

A seção Diálogos da BR-319 mostra a força da articulação das mulheres indígenas do sul do Amazonas em Brasília (DF). Unidas e mobilizadas, elas estão lutando por seus direitos e em defesa dos seus territórios em diversas frentes.

Por fim, não deixe de conferir os monitoramentos de focos de calor e desmatamento, e ler as últimas notícias sobre acontecimentos importantes na área de influência da rodovia no Minuto BR.

Boa Leitura!

Fernanda Meirelles e Izabel Santos

Secretaria Executiva do Observatório BR-319



NESTA EDIÇÃO

Destaque do Mês



Grupo de parlamentares liderados pelo deputado estadual do Amazonas, Dan Câmara (camisa verde limão), inspecionam obras no rio Autaz-Mirim.

Maior tragédia da BR-319 completa um ano sem respostas e com soluções inapropriadas

Há um ano a vida das pessoas que dependem do trecho A da BR-319 foi drasticamente alterada com o desabamento das pontes sobre os rios Curuçá e Autaz-Mirim, nos dias 28 de setembro e 8 de outubro, respectivamente.

Trajetos que antes duravam de meia a duas horas agora duram mais de três horas, devido às filas que podem se formar na travessia das balsas instaladas sobre os rios para a passagem de veículos e pessoas. A investigação sobre as razões do colapso das estruturas ainda não foi concluída, assim como a definição da responsabilidade pelas cinco vidas perdidas na tragédia.

“A falta das pontes ou de uma solução menos improvisada prejudica muito a vida de quem depende desta parte da BR-319. As pessoas demoram muito para ir e vir, encareceu os custos de transporte e tudo virou uma bola de neve elevando os preços de itens básicos para sobrevivência da população, como alimentos, água e gás”, conta a diretora de programas da Casa do Rio, Eliane Soares. “Todos os setores da economia da cidade foram impactados, até



Foto: Eric Cezme / Cezida

o turismo”, acrescenta. “Sem contar nas pessoas que precisam de atendimento em saúde de alta complexidade ou de atendimento regular, como é o caso de hemodiálise. A situação é desgastante pra população, principalmente do ponto de vista emocional, pois não tem informação, não tem diálogo e a menor sensibilidade em di-

minuir os transtornos cotidianos na vida de quem não tem a menor condição de contorná-los”, diz Eliane.

Os primeiros dias que se seguiram à queda da primeira ponte, sobre o rio Curuçá, no km 23 da BR-319, foram dramáticos com buscas por desaparecidos, resgate de corpos e atendimento a feridos. Depois veio o risco de desabastecimento de alimentos, água potável, remédios, combustível e tudo o mais do que a vida depende nos municípios de Careiro da Várzea, Autazes, Careiro Castanho e até Manaquiri, somando mais ou menos 140 mil habitantes. Dez dias depois veio abaixo a ponte sobre o rio Autaz-Mirim, no km 25, cuja estrutura se desagregou e ruiu lentamente até que a parte do meio caísse no rio. Esta não fez vítimas fatais e causou tanto ou mais impacto que a primeira.

A solução encontrada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para viabilizar o tráfego nos dois locais foi a instalação de balsas geridas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Soluções inadequadas para a realidade local, pois no primeiro trecho a travessia provoca filas devido ao tempo que a balsa leva para ir de um lado para o outro do rio; e no segundo trecho, mais curto, tanto criação de uma passagem seca quanto a fixação da balsa sucumbiram ao comportamento do rio

no período de cheia, levando a diversos transtornos e necessidade de obras no local.

Para Fernanda Meirelles, secretária executiva do Observatório BR-319, a tragédia reflete o nível de negligência do governo federal com a BR-319. “Em 2021, já se sabia dos riscos existentes na rodovia por um documento assinado por uma ex-superintendente regional do Dnit e publicado no Diário Oficial da União e, também, por um estudo do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), mas a tragédia não foi evitada”, destacou. “Muito se fala sobre a repavimentação do trecho C e do trecho do meio, mas existe uma parte da BR-319 que já está asfaltada, que já está consolidada, que serve a mais ou menos 140 mil pessoas entre as quais produtores rurais para escoamento de alimentos que abastecem feiras locais e comunidades, porém sem manutenção. No inverno, quando chove forte e os rios enchem, as bordas da rodovia desabam, são levadas pela água e, quase sempre, o tráfego é prejudicado. Se o poder público não cuida de cerca de 200 km, como é que vai dar conta de 800 km? Isso sem falar nos ramais que dão acesso às comunidades, onde a estrutura logística é precária”, disse Meirelles.



Foto: Dnit / Divulgação



Construção da passagem seca no rio Autaz-Mirim. Imagem de outubro de 2022.

Foto: Dnit / Divulgação

Ela também destacou a perda de riquezas naturais. “É preciso discutir a BR-319 com seriedade, sem amadorismo, sem oportunismo e com honestidade. A rodovia é hoje um vetor de destruição da floresta, vejam o que está acontecendo em Manaus neste mês de setembro encoberta pela fumaça. Estão queimando nossa biodiversidade, os recursos naturais e transformando em cinzas nosso potencial de bioeconomia”, avaliou Fernanda. “Faz um ano que a população está sem espaços de diálogo com o poder público para debater medidas sobre a BR-319. Não se fala mais na criação dos portais de fiscalização, por exemplo. Não se fala mais na regularização fundiária, na gestão e proteção das unidades de conservação e terras indígenas, entre outras medidas mínimas para garantir as salvaguardas socioambientais. Precisamos ter um diálogo amplo e democrático com o poder público para dar andamento a questões importantes que podem resultar em soluções para problemas da rodovia”, finalizou.

AGRICULTURA FAMILIAR COMPROMETIDA

O agricultor Jorge Luiz dos Santos, presidente da Associação de Produtores Orgânicos Renascer de Careiro da Várzea, foi um dos entrevistados da **edição nº36 do Informativo Observatório BR-319**. Na ocasião, ele relatou que as pontes desabaram na véspera do início do escoamento da produção da associação. A situação era bastante crítica, principalmente por causa do abacaxi. Atualmente, segundo Jorge, “a situação está complicada” por diversas razões, uma delas é o atraso em Programas de Aquisição de Alimentos (PAA), “uma das válvulas de escape dos produtores”, e as queimadas. “Aí, pra acabar de inteirar, agora veio as queimadas queimando tudo. Só da minha associação queimou mais de dez hectares de produtos, abacaxi, sítio que já tinha castanheira, pupunha, laranja, limão, queimou tudo. Teve agricultor que nem o contador [de energia elétrica] escapou, queimou até o contador da casa dele”, contou Jorge.

Ele também relatou que o governo do Amazonas chegou a comprar a produção do ano anterior, mas que disse que os produtores não tiveram mais nem um tipo de auxílio para enfrentar as dificuldades impostas pela queda das duas pontes. “E até hoje nós não recebemos nada do governo não”, disse.

“A maior dificuldade tivemos era na travessia para Manaus, principalmente nas balsas dos rios Curuçá e Autaz-Mirim, pois a fila era muito grande e se tivesse um carro-pipa, por exemplo, tínhamos que esperar. Mesmo sabendo que trabalhamos com produtos perecíveis, a gente esperava para não fazer confusão.

Era complicado, porque sempre chegávamos fora do horário de venda e perdíamos da feira”, contou Jorge.

Mas deixar de produzir não é uma opção para quem precisa tirar o sustento da terra. “Mesmo com essas dificuldades, já estamos nos preparando para quando a chuva chegar. E o agricultor trabalha de sol a sol para produzir alimentos saudáveis. É muito complicado a gente ter que enfrentar todas essas dificuldades, para escoar e vender nossa produção. Mas, como digo aos nossos associados, temos que plantar cada vez mais, diversificar nossa plantação não abaixar a cabeça, porque é disso nós vivemos a aconteça o que acontecer”, disse o presidente da Associação de Produtores Orgânicos Renascer de Careiro da Várzea.



Foto: Jorge Luiz dos Santos / Cedida

IMPACTO AMBIENTAL

Ainda é difícil avaliar a extensão dos impactos ambientais provocados pela construção de aterros e pela fixação de balsas nos rios Curuçá e Autaz-Mirim, principalmente no contexto de seca que o Amazonas vive no atual verão amazônico. Para a criação das passagens, trechos de ambos os rios foram aterrados de forma emergencial para atender à necessidade de se manter a trafegabilidade deste setor da estrada. A morosidade na reconstrução das pontes, ao longo de um ano, consolidou a situação, uma vez que os locais receberam diversas intervenções à medida que o nível dos rios subiu e desceu e que o fluxo de água foi se alterando nos períodos de cheia e vazante. Ainda hoje, a travessia nos locais é feita por balsas fixadas nos aterros construídos.

“Infelizmente, essa situação representa uma grande ameaça adicional aos rios Curuçá e Autaz-Mirim, sua biodiversidade e ecossistemas associados e também às pessoas que aí vivem e dependem dos mesmos, uma vez que as medidas tomadas, de forma precária, alteraram de forma significativa o fluxo da água e o leito dos rios nestes pontos e ainda se acentua pelo forte verão em que nos encontramos, e esta dinâmica deve impactar fortemente também a sobrevivência de peixes e outras espécies que aí vivem e isso por sua vez impacta a vida das pessoas que dependem dos mesmos”, avaliou o diretor da WCS Brasil, Carlos Durigan. “A solução encontrada de forma emergencial já deveria ter sido adequada para reduzir estes impactos. Em intervenções como estas devemos considerar sempre que ao buscarmos soluções,



Foto: Reprodução

não podemos gerar novos e ainda mais intensos impactos. Esperamos que todos estes impactos sejam minimizados com a reconstrução definitiva das pontes. Enquanto isso, será importante monitorarmos o que deve acontecer em ambos os rios e apoiar as pessoas que ali vivem”, explicou Durigan.

O QUE DIZEM OS CITADOS?

Ao Observatório BR-319, o Dnit informou que “com relação a construção da nova ponte sobre o rio Curuçá, km 23,1 da BR-319/AM, as obras já estão em andamento. Atualmente, as equipes da autarquia seguem trabalhando na remoção dos escombros da antiga ponte já em fase final dos trabalhos. Contudo, com a vazante acentuada do rio Curuçá ainda há algumas peças submersas a serem retiradas, o que deve levar um pouco mais de tempo para que este serviço seja concluído. Em paralelo, está sendo executada a fundação da nova ponte, com os trabalhos de cravação das camisas metálicas



das estacas, com montagem das armaduras e concretagem desses elementos. No caso da ponte sobre o rio Autaz-Mirim no km 24,6 da BR-319/AM, os serviços estão focados no desenvolvimento do projeto executivo de engenharia. As obras de construção devem iniciar tão logo este projeto seja analisado e aprovado pelos técnicos do Dnit. Com relação ao orçamento para a construção das duas ponte e remoção dos escombros, o Dnit deve investir aproximadamente R\$ 24,8 milhões (Curuçá) e R\$ 18,9 milhões (Autaz-Mirim). O Dnit lembra que a travessia sobre o Curuçá e Autaz-Mirim está sendo realizada por balsas ancoradas nos rios. O Departamento reforça que desde o início deste mês de setembro as embarcações precisaram ser travadas entre os acessos tornando-se fixas e funcionando como ponte. O travamento das balsas deve-se à vazante acentuada dos rios. Sobre a fiscalização das Obras de Arte Especiais (pontes, túneis, viadutos, passarelas e estruturas de contenção), o Dnit possui vigente o Programa de Manutenção e Reabilitação de Estruturas (PROARTE) o qual é responsável pelo gerenciamento de serviços de manutenção e de reabilitação dessas estruturas.”

Sobre as mortes, a Polícia Civil informou que “o Inquérito Policial (IP) ainda não foi finalizado, e depende de documentos a serem enviados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para dar continuidade ao processo”. Mas **o portal A Crítica noticiou que pelo menos dez pessoas devem ser indiciadas** por homicídio culposo e lesão corporal a partir da investigação que Polícia Civil que dividiu os responsáveis em dois núcleos: aqueles que irão responder pela já comprovada falta de manutenção na estrutura da ponte; e aqueles que contribuíram para o sobrepeso na via.

RELEMBRE

Os alertas aos quais Fernanda se refere são a **Portaria nº 7.442, de 28 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU)**, que citava a “situação de emergência” do km 13 (fim travessia do rio Amazonas, em Careiro da Várzea) ao km 178,50 (fim do segmento pavimentado até então) “haja vista as condições em que se encontra a BR-319/AM, bem como os riscos iminentes aos quais se expõem os usuários, que nela trafegam, devido à situação calamitosa de trafegabilidade no trecho mencionado”, assinada pelo então superintendente regional do Dnit no Amazonas, Afonso Costa Lins Júnior. E o artigo **“Burying water and biodiversity through road constructions in Brazil”**, em tradução literal para o português “Enterrando água e biodiversidade através da construção de estradas no Brasil”, publicado em 2019 e quem tem o pesquisador do Inpa, William Ernest Magnusson, como um dos autores. Magnusson alertou ao Ministério Público Federal (MPF) sobre a incompatibilidade de obras previstas para a recuperação da rodovia e as características geográficas locais. “Em 2021, publicamos um artigo que previu os desastres com as pontes. As estruturas caíram na época da seca, quando o



trânsito aumentou, mas é possível ver nas imagens divulgadas que a água tinha cavado em volta dos suportes das pontes no período chuvoso, de subida das águas, quando o aterramento de Áreas de Proteção Permanente [APPs], na cabeceira das pontes, direcionou toda a força da água para as colunas que apoiam as estruturas. Não é o pulso do rio que é o problema, o problema é o aterramento das APPs, com rampas de acesso em vez de pontes atravessando toda a área”, **explicou Magnusson ao Observatório BR-319**. Segundo o pesquisador, o resumo do artigo em português foi entregue ao Dnit na audiência pública de setembro de 2021.



Interior em Foco

Povo Apurinã cultiva 41,6 hectares de agrofloresta na TI Caititu, no Amazonas

A Terra Indígena Caititu, território do povo Apurinã, é um refúgio que estoca e absorve carbono da atmosfera em Lábrea, cidade do sul do Amazonas e liderança entre as 50 cidades do Brasil que mais desmataram nos últimos quatro anos, segundo o MapBiomas.

No local, o povo Apurinã implementou 37 unidades de Sistemas Agroflorestais (SAFs), distribuídas em 21 aldeias, somando uma área de 41,6 hectares, que estão em plena produção de frutos, feijões, tubérculos e outros alimentos.

Os SAFs são uma modalidade de plantio agroecológico que produz alimentos sem desmatar ou usar agrotóxicos. É uma iniciativa que contribui para a remoção de gases de efeito estufa da atmosfera e conserva ecossistemas, além de garantir segurança alimentar e geração de renda por meio da comercialização da produção. A implementação dos sistemas agroflorestais é apoiada pelo projeto Raízes do Purus, realizado pela Operação Amazônia



Nativa (OPAN), com patrocínio da Petrobras e do Governo Federal.

O cultivo dos SAFs auxilia também na recuperação de espaços anteriormente exauridos e transforma o ambiente. “Os SAFs já têm contribuído de maneira significativa para melhorar a qualidade do solo, a microbiota, a sensação térmica e o fornecimento de alimentos saudáveis para as aldeias”, explica Valdeson Vilaça, indigenista da

OPAN e responsável pelo apoio técnico e monitoramento dos SAFs junto ao povo Apurinã.

“A gente já plantava, mas o conhecimento e a experiência do SAF enriqueceu nosso plantio, passamos a plantar vários tipos de frutas e reflorestamos a natureza. O SAF veio para abrir os olhos da gente e enriquecer nossa mente”, relata Maria dos Anjos, conhecida na Terra Indígena Caititu como a “rainha dos SAFs”.

Com a chegada do período da estiagem na Amazônia, a preocupação com queimadas ilegais aumenta, já que os incêndios impactam diretamente os sistemas agroflorestais e a saúde de todos os indígenas e das demais populações que vivem no entorno.

Por isso, os Apurinã estão se articulando para a criação da 1ª Brigada Indígena Voluntária Apurinã. Em um esforço conjunto entre a Associação de Produtores Indígenas da Terra Indígena Caititu (APITC), a OPAN e a Coordenação Regional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) Médio Purus (CR – Médio Purus), os indígenas vêm realizando capacitações desde 2022 e este ano solicitaram ao Ibama/PrevFogo a aplicação da formação teórica e prática avançada para brigadistas. A solicitação está em tramitação e aguarda resposta do órgão. O trabalho do grupo formado por indígenas Apurinã e que já atua voluntariamente no combate a incêndios florestais na TI Caititu é essencial para a proteção dos SAFs.

Texto adaptado do original publicado no site Raízes do Purus. [Clique e leia o texto original.](#)

Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento

Área queimada em avançado processo de desmatamento em Tapauá (AM). Imagem registrada pelo Greenpeace, que sobrevoou áreas com alertas de desmatamento e fogo entre os dias 2 e 4 de agosto de 2023.

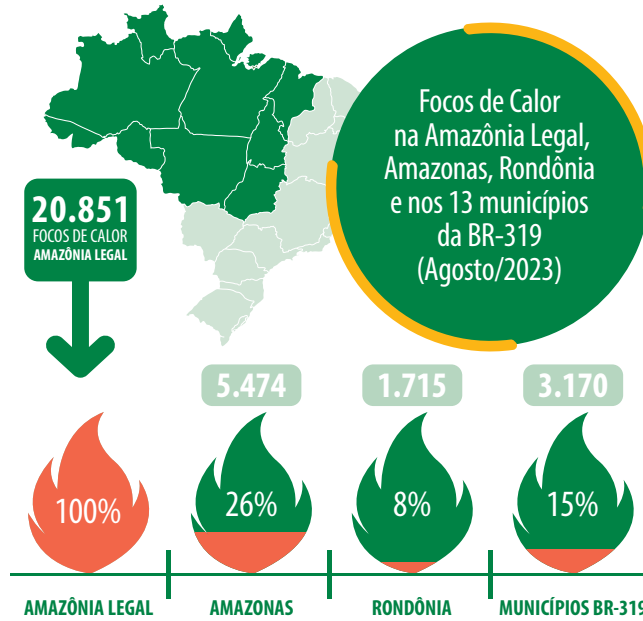


Monitoramento de Focos de Calor

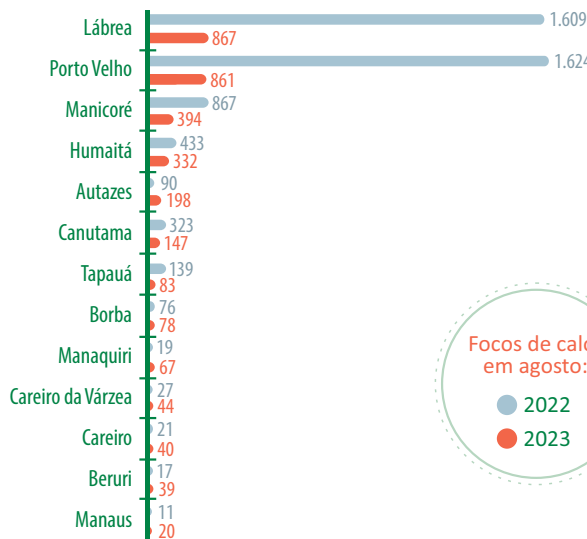
Em comparação ao mesmo período do ano passado, em agosto de 2023, a Amazônia Legal registrou aumento de 2% no número de focos de calor e o estado do Amazonas, 36%. Por outro lado, o estado de Rondônia teve redução de 17%, assim como os 13 municípios na área de influência da BR-319, com 15%.

MUNICÍPIOS DA BR-319

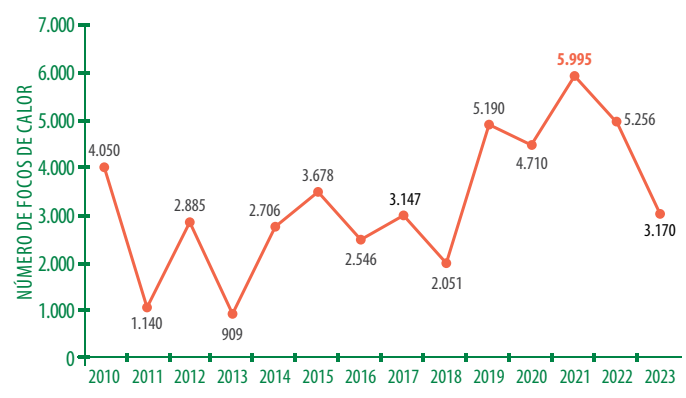
Todos os 13 municípios sob influência da BR-319 registraram focos de calor em julho de 2023. Em comparação com o mesmo mês do ano anterior houve aumento de focos calor nos municípios de Autazes, Borba, Canutama, Carreiro, Carreiro da Várzea, Manauquiri e Manaus. Destaque para Borba que registrou o maior aumento de 18 em 2022 para 83 em 2023, um crescimento de 65 focos de calor. Nos municípios de Beruri, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Porto Velho e Tapauá houve redução dos focos de calor em relação a julho de 2022. Destaque para Porto Velho que registrou redução de 270 em 2022 para 173 em 2023, um decréscimo de 97 focos de calor. Nos municípios de Autazes, Borba, Carreiro da Várzea e Manaus os valores foram os maiores para o mês de julho na série histórica monitorada (2010 a 2023). Porto Velho apesar da redução ficou na 7ª posição dos municípios com mais focos de calor no mês na Amazônia Legal.



NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE AGOSTO (2010 A 2022)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A AGOSTO DE 2022

↑
AUMENTOU

- Manauquiri (253%)
- Beruri (129%)
- Autazes (120%)
- Careiro (90%)

- Manaus (82%)
- Careiro da Várzea (63%)
- Borba (3%)

↓
DIMINUIU

- Manicoré (55%)
- Canutama (54%)
- Porto Velho (47%)

- Lábrea (46%)
- Tapauá (40%)
- Humaitá (23%)

✓
FOCOS DE CALOR ZERO EM AGOSTO/2023

- Nenhum município.



ÁREAS PROTEGIDAS

Nas Unidades de Conservação (UCs) 17 das 42 monitoradas apresentaram focos de calor no mês, um percentual de 40%. A Floresta Nacional do Aripuanã registrou 25 focos de calor, o maior valor dentre as UCs monitoradas. Nas Terras Indígenas (TIs) 14 das 69 monitoradas apresentaram focos de calor no mês, um percentual de 20%. A TI Tenharim Marmelos (Gleba B) registrou 14 focos de calor, o maior valor dentre as TIs monitoradas. As categorias Unidades de Conservação Federal (87 focos de calor) e Terras Indígenas (65 focos de calor) tiveram os maiores valores para o mês de julho na série histórica monitorada (2010 a 2023).

20%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

40%

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR



LISTA DE TIs MONITORADAS

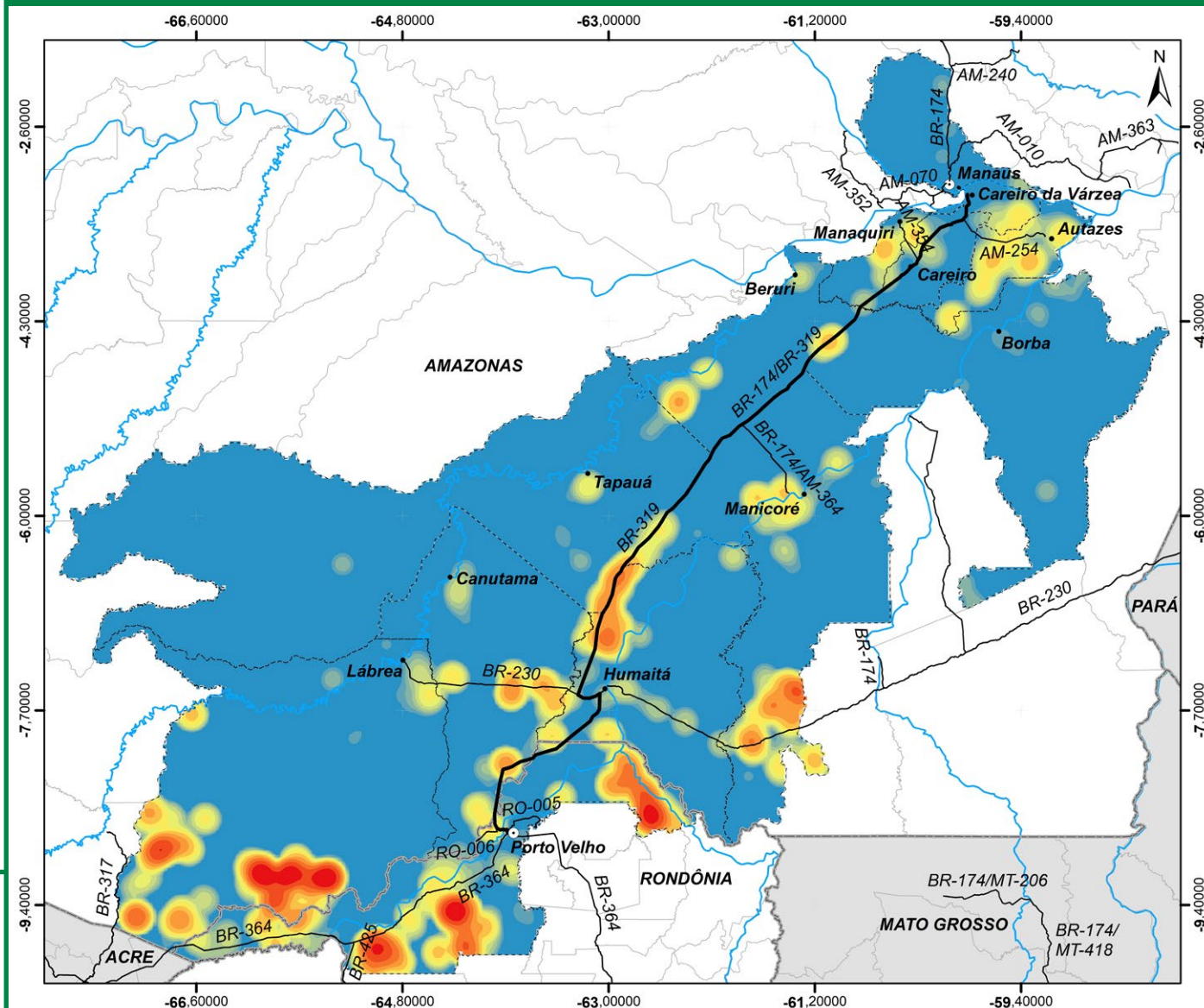


LISTA DE UCs MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 – Agosto 2023



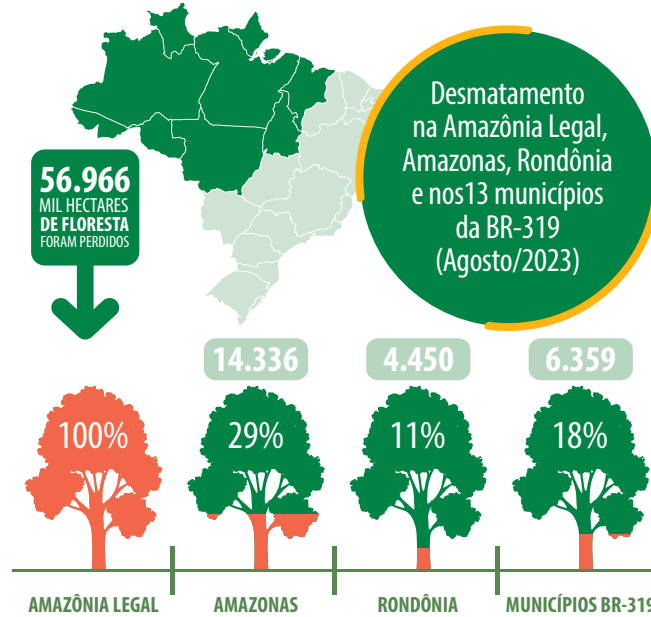


Monitoramento de Desmatamento

No mês de agosto de 2023 houve redução de 60% no desmatamento na Amazônia Legal, que foi acompanhada pelos estados do Amazonas, com 50%, e de Rondônia, 69%, e também, a área dos 13 municípios sobre influência da BR-319, que reduziu em 64% o desmatamento em comparação com o mesmo mês em 2022.

MUNICÍPIOS DA BR-319

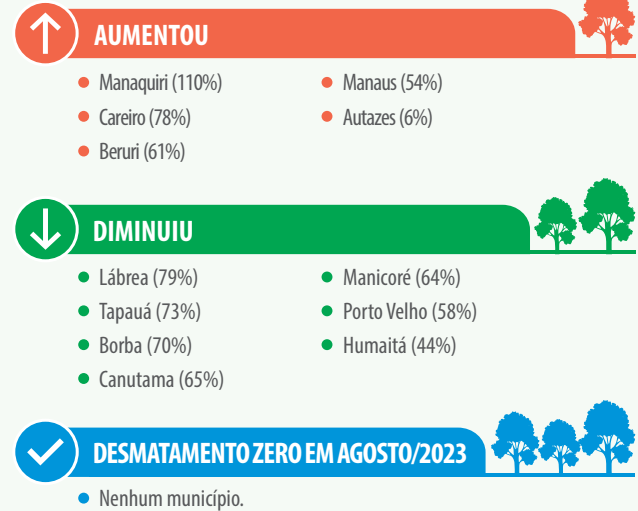
Todos os 13 municípios sob influência da BR-319 registraram desmatamento em agosto de 2023. Em comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve aumento no desmatamento nos municípios de Autazes, Beruri, Careiro, Manaquiri e Manaus, todos na região norte da rodovia. Destaque para os municípios de Beruri, com o maior aumento de 114ha em 2022 para 185ha em 2023, um crescimento de 71ha de desmatamento, e Careiro da Várzea que não havia registrado desmatamento em agosto do ano passado e esse ano somou 103ha. Nos municípios de Borba, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Porto Velho e Tapauá houve redução no desmatamento em relação a agosto de 2022. Destaque para Lábrea que reduziu de 6.522ha em 2022 para 1.347ha em 2023, um decréscimo de 5.175ha de desmatamento. Nos municípios de Beruri e Manaquiri os valores foram os maiores para o mês de agosto na série histórica monitorada (2010 a 2023). Apesar da redução Porto Velho (2º) e Lábrea (8º) ficaram entre os 10 municípios com a maior taxa de desmatamento na Amazônia Legal.



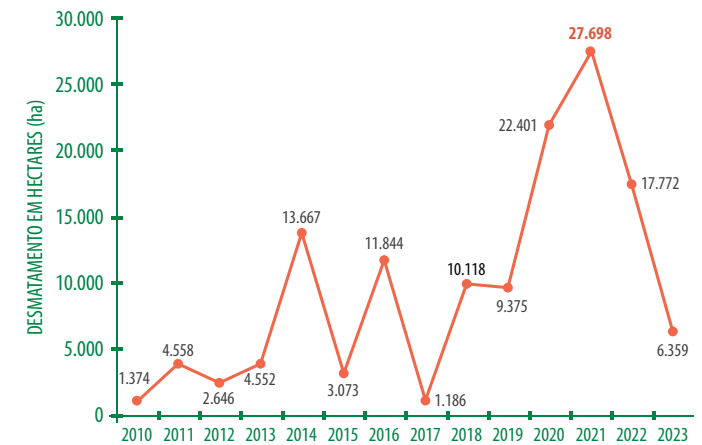
DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A AGOSTO DE 2022



DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE AGOSTO (2010 A 2023)





ÁREAS PROTEGIDAS

Quinze, das 42 Ucs monitoradas apresentaram desmatamento no mês, um percentual de 36%. A Resex Jaci-Paraná registrou 178ha, o maior valor entre as UCs monitoradas, esse número representa 52% do total detectado nas UCs. Além disso, ficou na 7ª posição entre as UCs com mais desmatamento no mês de agosto na Amazônia Legal. A APA Tatumã/Ponta Negra (14ha) registrou o maior valor para o mês de agosto na sua série histórica (2010 a 2023). A RDS Igapó-Açu (4ha) registrou pela primeira vez desmatamento no mês de agosto (2010 a 2023).

Entre as TIs, 25 das 69 monitoradas apresentaram desmatamento no mês, um percentual de 36%. A TI Sepoti registrou 86ha de desmatamento, o maior valor dentre as TIs monitoradas, esse número representa 20% do total detectado nas TIs. Além disso, ficou na 8ª posição das TIs com mais desmatamento no mês de agosto na Amazônia Legal. [Saiba mais detalhes no site do OBR-319.](#)

36% DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

36% DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

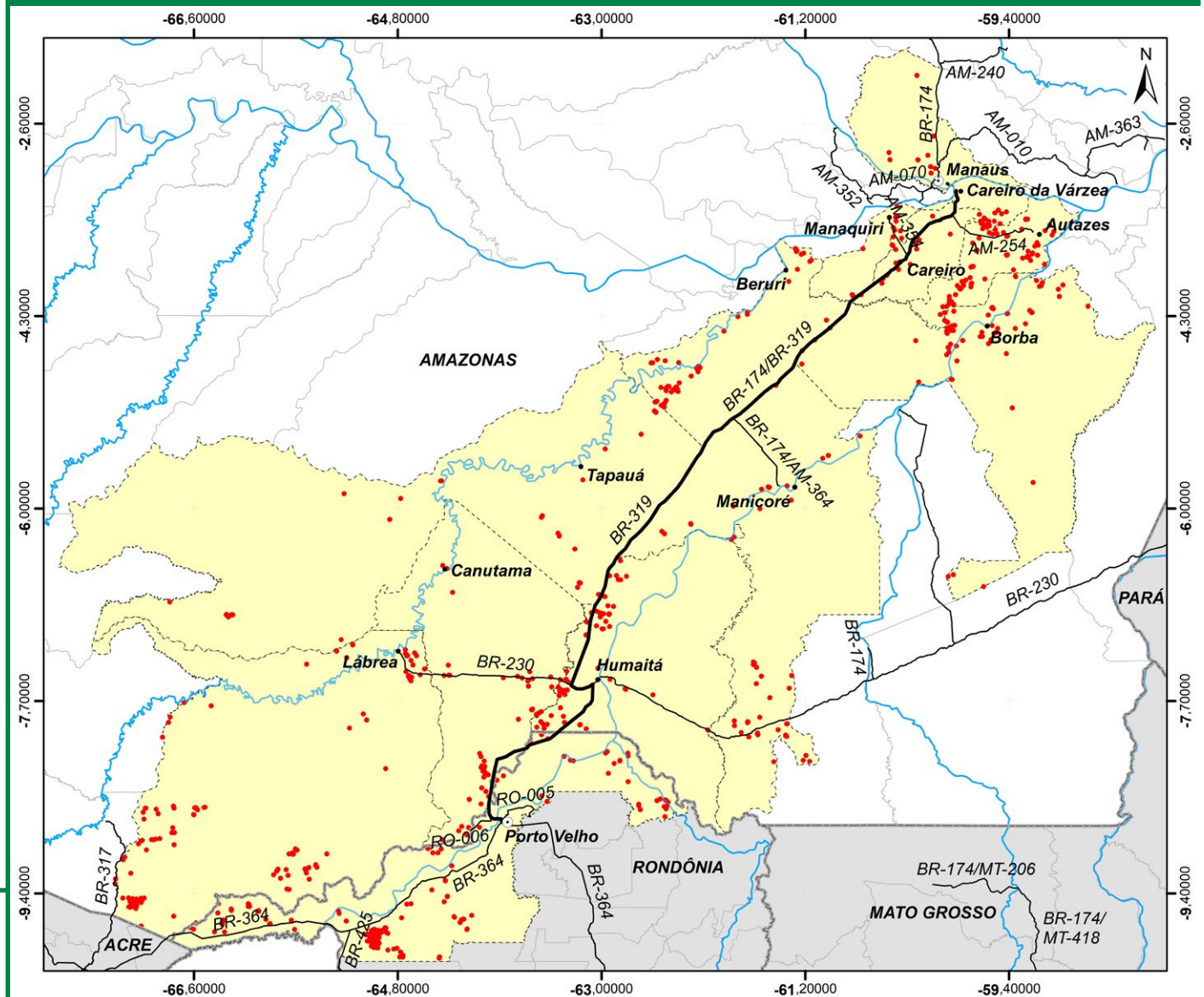
LISTA DE TIs MONITORADAS

LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Agosto 2023





Diálogos da BR-319



III MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS - 2023
DELEGAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DO SUL DO AMAZONAS
 Nossa História não é Temporal, é Ancestral, antes do Brasil da coroa,
 existe o Brasil do cocar
 Respeitem as nossas Histórias e a nossa existência!!!
 As guerreiras amazônicas do SulAM gritam não ao Marco Temporal



Em marcha, mulheres indígenas do sul do Amazonas defendem seus territórios e chamam atenção para impactos da emergência climática

Na 3ª Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília, indígenas dos povos Jiahui, Tenharim, Parintintin, Juma, Apurinã, Jamamadi, Mura e Pirahã, do sul do Amazonas, reivindicaram maior apoio para formações e iniciativas direcionadas às mulheres indígenas.

A mobilização, que contou com uma série de agendas e debates, reuniu cerca de 7 mil mulheres indígenas de todo o Brasil, representando mais de 247 povos, conforme a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga). As indígenas das calhas dos rios Purus e Madeira marcaram presença na mobilização com uma delegação de aproximadamente 100 mulheres.

As indígenas do sul do Amazonas participaram de uma intensa agenda de debates, abordando temas como saúde mental, acessibilidade, educação, violência de gênero e protestaram contra



Foto: Luana Luízy / IEB

o marco temporal. Além disso, entregaram uma carta no Ministério das Mulheres, reivindicando maior apoio por meio de formações e iniciativas voltadas para mulheres indígenas nas áreas de educação, bioeconomia das florestas, estrutura de comunicação, em defesa do bem-viver, da biodiversidade e dos territórios.

“Na região onde vivemos, estamos enfrentando desmatamento, perda de biodiversidade, incêndios, invasões, grilagens de terras e todo o tipo de desastre que afeta aquela região da Amazônia, considerada uma das mais críticas. Atualmente, estamos sendo seriamente afetadas pela emergência climática, que impacta nossas colheitas, os animais e as águas”, diz trecho da carta.

“Garantir nossos territórios, promover mais educação e saúde para os nossos povos são algumas das nossas principais demandas nesta marcha”, disse Benedita Parintintin, agente ambiental indígena da Terra Indígena Ipixuna.

A mensagem transmitida pelas mulheres indígenas foi clara: a preservação de seus territórios é vital para o bem-estar de suas comunidades e para a biodiversidade da Amazônia. Além disso, elas enfatizaram a necessidade de mais educação e saúde para os povos indígenas, destacando a importância de manter suas tradições e estilos de vida.

Texto produzido pela jornalista do IEB, Luana Luízy, e gentilmente cedido ao Observatório BR-310.



Ciência

Foto: Raphael Alves / Cecidia

**RESPIRE FUNDO
SOLTE O AR
LENTAMENTE
SIGA
EM FRENTE**

PERIGO

Por que Manaus e municípios vizinhos estão sob fumaça?

Desde a segunda quinzena de agosto, municípios da área de influência da BR-319, e outros do sul do Amazonas, têm convivido com a fumaça.

A situação é comum há alguns anos, mas não deve ser normalizada, uma vez que afeta a qualidade de vida da população e do meio-ambiente. Na Região Metropolitana de Manaus (RMM), que inclui a capital, Autazes, Careiro, Careiro da Várzea e Manaquiri, a densa nuvem de fumaça durante todo o mês de setembro causou prejuízos à saúde e até acidentes na rodovia BR-319, mesmo o Amazonas registrando menos focos de calor em comparação mesmo período do ano passado.

De acordo com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (Sema-AM), isso aconteceu devido a uma **convergência de fatores**. O primeiro deles é o fenômeno El Niño, que aquece as águas do Oceano Pacífico e desloca massas de ar quente, o que inibe a formação de chuvas em algumas partes da Amazônia. A quantidade de partículas de fumaça liberadas durante um incêndio pode ser muito alta. Sem chuva, essas partículas podem permanecer em



Foto: UEA / Divulgação

Rodrigo Souza (de camisa branca) é o idealizador do Selva.

suspensão por mais tempo, facilitando a dispersão. Por isso vemos com mais facilidade as nuvens de fumaça cobrindo os municípios durante esse período. O segundo fator é o super aquecimento das águas do Oceano Atlântico. O terceiro, as mudanças climáticas. Esses fatores, juntos e ao mesmo tempo, levaram a uma alteração no fluxo de ventos, que em condições normais viriam do Atlântico Norte, mas

que estão vindo do Atlântico Sul, a Sudeste do Amazonas. Com isso, trouxeram para Manaus toda a fumaça produzida em queimadas nos municípios abaixo da capital, como por exemplo, os municípios na área de influência da BR-319.

Entre os dias 27 e 28 de setembro, a qualidade do ar em quase toda a cidade de Manaus atingiu níveis críticos, segundo o monitoramento da **plataforma Sistema Eletrônico de Vigilância Ambiental (Selva)**, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Em alguns bairros, ela chegou a “péssima”. A Selva monitora as queimadas e a qualidade do ar nos 62 municípios do Amazonas, no interior os dados são estimados por modelo numérico ambiental e na capital por sensores PurpleAir, 24 horas por dia. Ela busca os dados de queimadas na NASA e faz a modelagem da qualidade por meio do Centro Europeu de Previsões Meteorológicas a Médio Prazo, a sigla em inglês ECMWF. Os dados são disponibilizados no site e por meio de aplicativo para celular.

É importante que a população se aproprie destas informações e ferramentas para fortalecer a luta pelo bem-viver de todas as populações da Amazônia e o combate a atividades ilegais, que podem comprometer a sustentabilidade de gerações futuras.

Faça a sua parte, denuncie as queimadas ao Ministério Público do Amazonas: (92) 3655-0745 ou 0800-092-00500.

Texto produzido com informações da Sema-AM sobre a fumaça em Manaus; e da assessoria de comunicação da UEA, que gentilmente apurou informações sobre a plataforma Selva com o professor doutor Rodrigo Souza.



Minuto BR

Queimada em desmatamento recente na Gleba Abelhas, uma floresta pública não destinada federal localizada no município de Canutama (AM). Imagem registrada pelo Greenpeace, que sobrevoou áreas com alertas de desmatamento e fogo entre os dias 2 e 4 de agosto de 2023.



Foto: Divulgação / Ibama

Fogo



A partir de denúncias de desmatamento e pesca ilegal, caça predatória e extração irregular de madeira e de recursos minerais, o **Ibama realizou a Operação Ajuricaba** em terras indígenas localizadas nos municípios de Careiro da Várzea e de Autazes, no Amazonas. Foram inspecionadas as Terras Indígenas Murutinga-Tracajá, Sissaíma, Gavião, Ponciano, Apipica I e II, Boa Vista I, II e III, Paracuhuba, Jauary e Capivara. Foram aplicados embargos e autuações aos infratores identificados. A operação ocorreu em conjunto com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), e com o Batalhão de Policiamento Ambiental (BPAMB) da Polícia Militar do Amazonas.

Mais



No dia 12/09, o governador do Amazonas **decretou Situação de Emergência Ambiental em municípios das regiões Sul** do estado e Metropolitana de Manaus. Na ocasião, também foi apresentado um plano de ação estadual para a Operação Estiagem 2023. A medida tem vigência de 90 dias e inclui áreas que estão sob o impacto do desmatamento e queimadas ilegais, como os municípios de Manicoré, Humaitá, Canutama, Lábrea, Tapauá, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Autazes, Manaquiri e a própria capital, Manaus..



Foto: Marcio Isensee e Sá

Reportagem



O distrito de Santo Antônio do Matupi foi destaque em uma **reportagem especial da agência Amazônia Real**, que fala sobre um esquema de extração ilegal de madeira no local e as investigações envolvendo personagens locais.

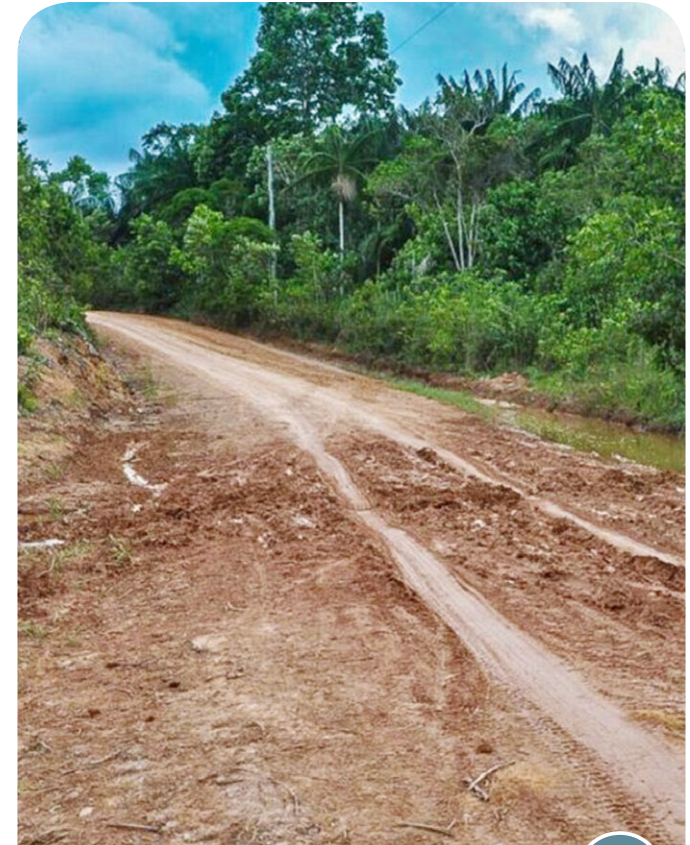


Foto: Roney Elias/Rede Amazônia

Estradas



A InfoAmazonia produziu **uma grande reportagem sobre as estradas** estaduais planejadas e o impacto que elas provocam em Unidades de Conservação na área de influência da BR-319. O OBR-319 **participou de uma live** onde o assunto foi debatido e aprofundado com a participação de especialistas e organizações indígenas.



Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Thiago Marinho (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Revisão // Fernanda Meirelles (Idesam)

Coordenação de Divulgação // Izabel Santos (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmiento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



**TRANSPARENCY
INTERNATIONAL**
the global coalition against corruption



GREENPEACE

